

Instituto de Investigaciones Gino Germani

VI Jornadas de Jóvenes Investigadores

10, 11 y 12 de noviembre de 2011

Maria Priscilla Brito (FFP/UERJ)<sup>1</sup>

Bolsista de Estágio Interno Complementar, (CETREINA/UERJ), Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

[maria\\_animadinha@hotmail.com](mailto:maria_animadinha@hotmail.com)

Monique Franco<sup>2</sup>

Professora Adjunta e Procientista do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

[mfranco@uerj.br](mailto:mfranco@uerj.br)

Eje 5. Política. Ideología. Discurso

O Movimento Negro e as cotas nas universidades públicas brasileiras: discursos, antagonismos e disputas.

## **Resumo**

Este trabalho tem como objetivo apresentar parte da pesquisa em desenvolvimento sobre os discursos construídos pelo Movimento Negro no Brasil, mediante a adoção da política de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras, em curso desde 2003, também chamada de política de cotas. Partindo dos pressupostos teóricos da análise de discurso francesa (FOUCAULT,1996; PECHEUX,1993) e de pesquisa empírica em diferentes mídias eletrônicas ( *sites*, *home-pages* e redes sociais) buscamos visualizar, nestes discursos, a trajetória e a atuação da militância negra como expressão de práticas que desvendam as construções e significados ideológicos presentes nos mais diversos meios de propagação de uma idéia. Inicialmente, apresentamos uma síntese da adoção da política de cotas no Brasil e dos principais grupos que compõem o movimento negro organizado. Em seguida, é feito o mapeamento e análise dos veículos midiáticos. Os resultados iniciais apontam para a predominância das categorias de identidade racial, racismo cordial, reparação e meritocracia como expressões dos antagonismos e disputas que a política traz à tona.

## **Introdução**

Este ensaio faz parte de uma pesquisa, apresentada ao grupo de pesquisa A reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras no contexto do individualismo contemporâneo: a UERJ em cena, coordenado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Monique Mendes Franco, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e desenvolvido na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Este tema de pesquisa aparece como uma necessidade de sistematizar a *práxis* do Movimento Negro no Brasil, junto a preocupação dos mesmos com relação à erradicação do racismo e suas conseqüências através da divulgação na rede.

Ao mesmo tempo buscamos descortinar o mito da democracia racial, que oculta as diferenças culturais e sociais na sociedade brasileira, a partir da produção discursiva do movimento negro que vem combatendo o racismo ao longo de sua história, bem como todas as manifestações preconceituosas e discriminatórias praticadas pelos brasileiros brancos ou não. E é pensando na possibilidade de alcançar um público potencialmente elevado, que este movimento, da mesma maneira que a sociedade contemporânea como um todo, se vale da alternativa de divulgação e aproximação da sociedade através das *homepages*, *blogs* e *sites* de internet.

Para alcançar tais objetivos, nos valem da Análise de Discurso de ordem francesa, cujo principal objeto de pesquisa é a produção discursiva de determinados grupos e/ou pessoas visando encaixá-los histórica e socialmente. O discurso que será analisado, será aquele referente ao debate que este segmento da sociedade propõe em relação a políticas de cunho afirmativos, e como à maneira de cada grupo, o negro deve se posicionar em relação ao mesmo.

## **Análise de Discurso**

Antes de qualquer coisa, cabe aqui apontar o que entendemos como discurso. Nos afiliamos a corrente teórica que identifica discurso como aquilo que é, através do uso da linguagem e do indivíduo que o profere, relacionado com algo externo à língua. Sobre isso Michel Foucault nos diz que:

É um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT: 2005, p.p 147-148)

Posto isso, a AD como é conhecida tal ciência, busca associar a ciência da linguagem (Linguística) a outras do campo das Ciências Sociais, como a Antropologia, a Sociologia e a Filosofia. Dessa forma, ao analisarmos o discurso produzido por determinado segmento social (no caso deste artigo, o movimento negro), conseguimos vislumbrar a já mencionada *práxis* do mesmo e, para além disso, mensurar, mas não em sua totalidade, o impacto deste discurso no meio social.

O discurso sempre foi, e talvez tenha sido cada vez mais, intimamente ligado ao Poder. Seria correto afirmar, então, mais uma vez segundo Foucault (1996), que a busca para que seu discurso prevaleça é, na verdade, a busca pelo poder. Ao conseguir que o mesmo seja reproduzido por outros indivíduos ele (o discurso) ganha força para que se firme ainda mais na sociedade.

É inserido neste contexto que se encontram os *sites* do movimento negro, bem como *sites* e outros veículos de informação de outros segmentos da sociedade que buscam trazer para si novos (re)produtores do seu discurso.

Essa discussão se faz necessária, pois ela incide diretamente na maneira como a sociedade se vê. Segundo observado por Keller (2001):

A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e de raça, de “nós” e “eles”, ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. (KELLER, 2001: 19)

Sendo assim, a utilização da internet como veículo de notícias e, portanto, de ideologias ocupa um papel central na difusão do discurso acerca dos movimentos e temas aqui analisados.

### **Delimitando o corpus**

Optamos por utilizar neste ensaio meios de informação *on line*, pois acreditamos que o mesmo vem desempenhando um papel informativo cada vez maior na vida da população mundial. No ano de 2008 foi divulgado à imprensa de todo o mundo um estudo desenvolvido pela empresa comScore <sup>3</sup> que fez um levantamento do número de usuários da internet, um total de 824 milhões de internautas <sup>4</sup>. Dessa forma, a internet com suas informações “híbridas”, que reúnem, em apenas um lugar, características de todas as outras mídias (áudio, vídeo, matérias escritas) é potencialmente a maior fonte de informação contemporânea e, de longe, a de mais fácil acesso.

Dito isto, foram acessados/analísados quatro *sites* cujo tema central é o movimento negro: Movimento Negro Unificado <sup>5</sup>, Movimento Negro Socialista <sup>6</sup>, Fundação Cultural Palmares <sup>7</sup>, Portal Raízes <sup>8</sup>. As buscas se utilizaram das palavras “movimento negro” e a escolha das páginas se deu pelo elevado número de acesso das mesmas, que quer dizer, portanto, que são as páginas que tem seu discurso mais difundido entre os usuários/consumidores deste tipo de mídia.

Os *sites* organizados pelo movimento negro que constituem o *corpus* desta pesquisa, de uma maneira geral, abordam as questões raciais, através da divulgação de eventos (congressos, debates, seminários que discutem os negros e seu contexto sócio-político), chamada para passeatas e manifestações, textos, dados e notícias sobre discriminação, cultura afro-brasileira, etc. Utilizados como ferramenta de (in)formação.

O recorte nestes sites, buscou pôr em diálogo diferentes pontos de vista mais especificamente sobre a política de cotas na educação de nível superior e acerca da implementação do Estatuto da Igualdade Racial.

### **À análise**

A origem dos modernos movimentos negros pode ser descrita como que pertencente a dois marcos históricos. De um lado, uma tradição de organização social do meio negro que vem desde o período colonial, como uma trajetória vista como mais ou menos independente e com própria identidade. De outro, podemos ver que o movimento negro moderno, ou seja, aquele surgido no contexto da queda do regime militar a partir dos anos 70, associa-se a um movimento mais amplo de reorganização dos movimentos sociais e de politização da sociedade civil.

Estas vertentes sobre a organização política do movimento negro se alimentam de fontes um tanto éticas. Pesquisadores acadêmicos, ativistas negros e pesquisadores acadêmicos que são ativistas negros vêm produzindo e propondo interpretações sobre a história de organização e resistência dos afrodescendentes no Brasil.

A vertente vista com mais simpatia e na verdade quase entronizada como a oficial do ponto de vista mais próximo de uma versão "ativista", é aquela que enfatiza a continuidade da "resistência" negra, nesta o quilombo de Palmares e o seu último líder quilombola Zumbi, derrotado e morto pelo sangüinário bandeirante Domingos Jorge Velho em 1695, é o marco histórico fundamental. Na verdade, o quilombo de Palmares, tem sido ressignificado fortemente a partir da reorganização do movimento negro nos últimos anos. O quilombo passa a representar um modelo alternativo de organização da sociedade que desafiou os poderes coloniais e reinventou um "mundo negro" - baseado no trabalho livre, na propriedade comum da terra, em valores tradicionais holísticos etc.

A utopia afrodescendente passa, assim, a incorporar um modelo histórico como referência no passado para a possibilidade de futuro. É claro que a estratégia de se contar a história da organização negra faz parte de uma estratégia mais ampla de fortalecimento das bases interpretativas do presente, dando lugar a uma perspectiva sobre o passado nacional e sobre o lugar do negro nesse passado, que é fundamentado, principalmente, pela superação da opressão e da desigualdade.

É nessa perspectiva que demos início à pesquisa dos movimentos negros pela *homepage* do grupo Movimento Negro Unificado (MNU), movimento este que existe desde 1978. Durante o regime militar inaugurado com o golpe de 31 de março de 1964 diversos grupos se organizaram em todo o país. Porém, dentre os que surgiram nesta época, o MNU é o único que existe até hoje, como um dos principais grupos ativistas no cenário dos movimentos negros brasileiros. Este site está no ar desde 2006.

Inicialmente o site dialoga numa política que caracteriza o racismo, que se alimenta das ideologias, das teorias e dos estereótipos de inferioridade x superioridade raciais, para "apurar a raça brasileira" e com a não-legitimação, pelo Estado, dos processos civilizatórios africanos, constituintes da identidade cultural da nação.

A partir dessa idéia central, o MNU tem elaborado propostas de intervenção nas representações que dizem respeito ao Estatuto da Igualdade Racial explicitando que:

Antes de qualquer coisa, é melhor não confundir as posições do MNU com a de um setor governista do Movimento Negro, adiestras de primeira hora, [...]. Nós lutamos por uma legislação transparente que proporcione condições objetivas a população negra, de vencer as desigualdades raciais e o racismo.<sup>9</sup>

No decorrer da análise, perceberemos que o Estatuto da Igualdade Racial é um ponto em comum em todos os sites analisados. Este Estatuto prevê um conjunto de leis que supostamente viabilizaria a correção de desigualdades históricas no que se refere às oportunidades e aos direitos dos descendentes de escravos do país, através de medidas de cunho afirmativo, como programas e medidas específicos para reduzir a desigualdade racial, criando o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), que lida com medidas para este segmento, como; ressaltar as religiões africanas, estimular ações para viabilizar moradia aos negros; reconhecer a capoeira como esporte, etc.

O MNU realiza anualmente o Congresso Nacional do movimento que aborda diversas pautas sobre os avanços e conquistas da legislação anti-racista, desde a Constituição Brasileira à implementação das Ações Afirmativas. Neste contexto, evidencia-se que

No âmbito da educação mais especificamente, reside um dos pontos mais debatidos e polêmicos do estatuto, a aprovação ou rejeição do sistema que regulariza cotas raciais para o ingresso às Universidades públicas. Neste sentido, percebemos que como um reflexo da sociedade como um todo, os movimentos negros não caminham para um denominador comum, já que dentro dele próprio há discordância acerca da implantação desta política. Nossa proposta é analisar como em ambos os casos independentemente do apoio ou não ao estatuto o discurso apresenta pontos em comum, o que significa dizer que parte de um lugar que, na prática serve tanto para embasar discursos pró-cotas, como contra as cotas.

No *blog* da MNU, percebemos isso no trecho:

O estatuto pode se constituir em uma camisa de força tolhendo o protagonismo de negras e negros na luta contra o racismo nas próximas gerações, comprometido seriamente nas suas proposições e intenções iniciais, na medida em que está sendo negociada com setores conservadores de direita, do DEM, PMDB, PSDB e dos Ruralistas, a **retirada das Cotas** para negros e do direito das populações Quilombolas a Titulação de suas Terras tradicionais. (grifo nosso).<sup>10</sup>

Ao demonstrar, revolta pela retirada dos “pontos principais”, que segundo o próprio movimento encaminharia de fato uma quebra nas desigualdades, fica marcado discursivamente o apoio irrestrito da MNU à implantação do referido sistema (cotas). Outras matérias deste mesmo *site*, retomam a discussão ao convocar o movimento negro para que este, “transforme em bandeiras de lutas com uma pauta específica de campanha pelo emprego e renda para a população negra. Bem como a Questão Quilombola o Capítulo VIII, do Sistema de Cotas” (ibidem). Cabe aqui nos perguntarmos: Que lugar este discurso ocupa na sociedade?

Ao colocar em xeque o mito da democracia racial, o discurso veiculado pelos movimentos ativistas negros que defendem, as políticas afirmativas propõe que o negro em geral se reconheça como um grupo marginalizado e necessitado de amparo por parte do Estado. Para que esse pacto aconteça, o discurso se encaixa dentro de uma vertente histórica pautada na noção de que há uma dívida social para com este segmento, e que ela seria “quitada” por meio da inclusão do mesmo em ambientes dito como pertencentes a uma elite, sobretudo, branca. Porém, ao defender as supostas demandas dos negros, em sua totalidade, em relação a educação, o MNU se utiliza de um discurso que reconhece a estamentação social e trabalha com a noção de inferioridade X superioridade. Como veremos mais adiante este é, também, o lugar onde está pautado o discurso de quem refuta as políticas afirmativas, ao contrário do que se possa imaginar em uma primeira análise, dentro do próprio movimento negro.

Ainda em seu *blog*, o MNU tem disponível documentos e informações que propõe rediscutir o papel que o sistema deve assumir pensando a relação entre sociedade branca e negra. Neste sentido, os autores em algumas postagens vão apontando as contribuições a partir do ponto de vista do próprio movimento negro. A primeira contribuição refere-se à denúncia de que a sociedade reproduz e repete o racismo presente nela. A segunda contribuição dos negros para o pensamento social brasileiro refere-se à ênfase no processo de resistência negra. A terceira contribuição refere-se à centralidade da cultura.

E mais a frente da mesma matéria, há menções exclamativas como [**- Diga não ao estatuto fantoche!**], [**- Longa vida ao Movimento Negro Unificado!**], [**- Vida Longa a todos aqueles que NÃO violentam a dignidade de seu povo, e NÃO AGEM como Ganga Zumba, aceitando as migalhas enganosas do poder escravista!**]. O site

também conta com vídeos, links, materiais de notícias, informes, divulgação de espaços formativos, lembrete das datas como o dia nacional da denúncia contra o racismo entre outras datas simbólicas/históricas da política afrodescendente no Brasil.

Dando continuidade à pesquisa, o segundo site acessado foi o do Movimento Negro Socialista (MNS). Em sua página principal havia notícias, vídeos, documentos, resoluções e registros de eventos aos quais representantes do MNS participaram.

O Movimento Negro Socialista existe desde 2006, e a construção desse grupo se deu a partir “do fruto da discussão entre antigos militantes socialistas e negros preocupados com o rumo da discussão sobre o combate ao racismo, a relação com a luta de classes e a luta pela libertação de todo povo oprimido no Brasil e no mundo.”.

O MNS luta contra o estatuto da igualdade racial, combate as políticas de ação afirmativa e a política de cotas raciais e age para a construção de uma frente ampla com intelectuais, artistas, outros movimentos negros, sindicalistas etc. Além disso, o grupo se constituiu referência para os marxistas na discussão e posicionamento na luta pela igualdade e contra as armadilhas das políticas incentivadas pela ONU, ONG's e Governo.

Parece claro que este grupo fomenta uma utopia afrodescendente, que incorpora um modelo histórico como referência no passado para a possibilidade de futuro “melhor” para a população negra. Reafirmando a potência do movimento e a necessidade de ampliação do próprio a partir do exemplo dos antigos líderes negros nacionais. No entanto, este movimento difere do anterior no tocante a não aceitação de políticas afirmativas. Este grupo, também reconhece que há estamentos de raça, e que a igualdade racial não passa de um mito, no entanto, discorda que através do estatuto de igualdade racial o mesmo deixará de existir.

Na comunidade negra brasileira existe dois segmentos populacionais: a ultraminoria que ascendeu socialmente e intelectualmente e, a grande maioria que continua nos baixos níveis da miséria [...] Como esta elite se separou das massas negras brasileiras, ela tem uma obstinação férrea para se integrar ao atual modelo de sociedade. Alimentam a ilusão de que melhorando a cabeça dos brancos e, se integrando ao seu modo de vida e pensar poderá acabar com as consequências do racismo[...] não basta centrar a crítica na divisão etnoracial que o estatuto poderá provocar levando inclusive a fragmentação da nação, pois ao criar estamentos de raça, quebra os direitos universais republicanos. Esta divisão já existe, e pode ser verificada nos conflitos sociais



principalmente nos grandes centros urbanos marcados por este componente, que com certeza a aplicação do Estatuto ampliará.<sup>11</sup>

Neste mesmo artigo encontrado no *site*, o Estatuto é também chamado de “forma encarniçada de inclusão”. Isto é apontado discursivamente quando se diz que uma “ultraminoria” negra aliada a um segmento de brancos (ambos representantes de uma “casta” superior) defende a implementação do mesmo. O MNS acredita que através do pretense motivo de combater o racismo, o Estatuto utiliza políticas que aprofundam a prática, já que prevê em leis a classificação dentro da sociedade segundo raça.

Ao defender seu ponto de vista, ou seja seu discurso, sobre a política de cotas, este Movimento o pauta dentro dos mesmos “lugares” que o anterior e o amplia levemente.

As palavras da Lei emanam de uma tradição brasileira, que cumpre exatos 120 anos desde a Abolição da escravidão, de não dar amparo a leis e políticas raciais. No intuito de justificar o rompimento dessa tradição, os proponentes das cotas raciais sustentam que o princípio da igualdade de todos perante a lei exige tratar desigualmente os desiguais[...]Apresentadas como maneira de reduzir as desigualdades sociais, as cotas raciais não contribuem para isso, ocultam uma realidade trágica e desviam as atenções dos desafios imensos e das urgências, sociais e educacionais, com os quais se defronta a nação.<sup>12</sup>

E ainda:

As chamadas políticas de “ações afirmativas” não são novas como políticas públicas implementada por governos de todas colorações políticas. Desde 1949 políticas de cotas são aplicadas na Índia, desde 1972 nos EUA, desde 1995 na África do Sul e não é preciso nem fazer um balanço sobre as conseqüências da aplicação delas, o resultado é muito claro elas não modificaram a situação da maioria daqueles que “devia” atender e aqueles poucos que delas se beneficiaram em sua esmagadora maioria se agarraram com unhas e dentes na defesa do sistema (capitalista) que lhes beneficiou individualmente.<sup>13</sup>

Fica claro que o MNS, da mesma forma que o MNU incorpora teorias que dizem respeito aos estereótipos de inferioridade x superioridade. No entanto, ao contrário do segundo, este é o embasamento para a refutação do conjunto de medidas previsto pelo Estatuto. Ao afirmar que falta de amparo às leis e políticas raciais é fruto de um descaso que já dura 120 anos, o discurso histórico empregado se aproxima ao do MNU, porém este argumento é usado para provar que mais uma vez, quem de fato está interessado na inclusão, ficaria de fora.

O terceiro *site* de nossa pesquisa foi a da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura. Nesta *homepage* encontramos um trabalho mais bem acabado, por ser de caráter governamental. O site é, também, mais completo que os demais por conter agenda dos representantes (presidente e principais diretores), artigos, publicações, licitações, espaço do leitor, contato, espaço Fale conosco, edições da Revista Palmares, da própria Fundação. É possível ainda, ter acesso à história da Instituição, onde encontramos uma breve biografia, o regimento interno, organograma, legislação, contas anuais, convênios, logomarcas e parcerias.

Por se tratar de uma página ministerial, ela atua como porta-voz das políticas governistas contrapondo-se, em seu ponto de vista, com as *homepages* supra analisadas (MNU e MNS). Em se tratando de políticas afirmativas, encontramos no portal uma guia que se propõe a esclarecer o que é e como se dá a referida política:

O Governo Federal incrementou seus esforços para o combate à desigualdade racial, visando corrigir distorções vigentes há mais de um século no País. O lançamento da **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial** e a assinatura de um decreto que regulamenta a ação do governo no reconhecimento, identificação e titulação das terras de quilombos comprovam que a questão é tratada como prioridade por esta administração[...]Com isso, somos parceiros, numa atuação interministerial de um conjunto de ações para combater a desigualdade e promover a igualdade racial - inclusão do negro na cultura, educação, saúde, habitação, emprego - para uma população superior a 80 milhões de brasileiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>14</sup>

A oposição de pensamentos entre este fragmento retirado da página da Fundação Palmares e aquele da MNS é acintoso. Através de seu *site* a fundação reafirma a suposta eficácia do Estatuto, sem problematizar ponto algum. Como vimos anteriormente, até mesmo segmentos que apóiam a implementação do Estatuto da Igualdade Racial (como foi o caso da MNU), fazem ressalvas quanto ao seu conteúdo.

Sobre a política de cotas, há no *site* a disponibilização de uma cartilha intitulada “Cotas, por que sim?” uma publicação da Fundação em parceria com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Como o próprio título sugere, a cartilha oferece argumentos favoráveis à adoção de políticas afirmativas. Reconhece a tão falada (e contestada) dívida histórica, usa o argumento da falsidade do mito da igualdade racial, e promove a ideologia de que há na sociedade brasileira, estamentos bem marcados e altamente exclusivistas.

Selecionamos um trecho que contrapõe discursivamente aquele supramencionado da MNS:

O principal objetivo das ações afirmativas é dar um novo significado à noção de justiça social. No universalismo, criou-se a noção de que o “justo” é tratar todas as pessoas de maneira uniforme. O problema, porém, está no fato de que tratamento universal não significa tratamento igual. Se os(as) cidadãos(ãs) são desiguais, o resultado é a desigualdade.<sup>15</sup>

Mais uma vez, nota-se que um mesmo argumento pode dar fruto a diversos pontos de vista, por vezes, bastante distintos. A cartilha reflete uma política vigente de tratar os desiguais de maneira desigual. No entanto, como pode-se perceber no decorrer da própria cartilha essas proposições não são problematizadas, muito pelo contrário, sugere-se que as mesmas seriam altamente eficazes e, de fato, promoverias a tão sonhada igualdade.

A quarta e última *homepage* a qual acessamos foi o Portal Raízes, do Instituto de Cidadania Raízes, que existente desde 1999. Trata-se de uma Organização Social de Interesse Público e sem fins lucrativos, que usa a instituição como “instrumento permanente da promoção da igualdade racial, trabalhando em defesa da criança e do adolescente, dos idosos e de políticas e proteção do meio ambiente.”

O Instituto Raízes divulga em seu site dados e notícias pertinentes a questão racial no Brasil, de uma forma mais neutra do que os *sites* que visitamos anteriormente. Já em sua página inicial, o site exibia a manchete [**Aprovação do Estatuto Racial divide movimento negro**], mostrando uma análise apurada de uma realidade que perpassa o Movimento.

Além de matérias de cunho jornalístico, o *site* tem disponível oportunidades de empregos e estágios “aprendiz”, edições de uma revista da Instituição, chamada Revista Raízes, e endereços de outras instituições ou programas ligados à mesma.

Ao analisarmos esta última *homepage*, vimos, que há um contínuo imaginário que vai do movimento de esquerda (MNS) ao de “direita” (Fundação Palmares) passando por uma “região central” (o MNU que apóia o Estatuto, mas com ressalvas e o Instituto Raízes, que busca problematizar a ambos). Da mesma forma, podemos perceber que ao contrário do que se pode imaginar em uma primeira e leviana análise, os discursos que concorrem mais especificamente dentro do movimento negro não é uníssono, muito pelo

contrário, reflete, exatamente, a realidade de todos os outros segmentos da sociedade, mostra sua pluralidade, sua polifonia. Porém, todos convergem em um mesmo ponto. Há uma demanda do Movimento Negro, por um combate mais efetivo (e aí mora a polifonia do discurso) às desigualdades raciais e, sobretudo econômicas, ambas (re)marcadas discursivamente.

A maneira como é proposto o discurso destes grupos os quais buscamos analisar são de interesse prático e fundamental que surgem a partir da necessidade dos mesmos traçarem, de fato, um caminho de luta pela erradicação do racismo no Brasil, enfatizando as conseqüências do mesmo no meio social. Por isso, mais uma vez emerge cada dia mais a figura do Zumbi dos Palmares, como herói dos negros, principalmente no que sinaliza a luta de libertação quilombola, construindo nesse sentido um “resgate” de cultural:

É um fato cultural porque é um fato político; é um fato político porque rompe com a política cultural dominante. Reflete, na verdade, outra forma, de engajamento político do militante negro nos processos sociais. Revela um ponto de vista humano, capaz de romper as fronteiras da raça. Arrebatando a geografia da pele e da cor. (CARDOSO, 1986: 66)

A forma como as *homepages*, aproximam o leitor da cultura negra, dos ideais de libertação, é uma alternativa aos modelos de pensar a sociedade. Os movimentos negros têm buscado romper com a idéia de que o negro deve ser exposto a mecanismos da dominação de classes. E mais ainda, deixarem de ser desqualificados ou vistos em desvantagens pela sua cor.

### **Finalizando sem concluir**

Neste sentido, o não conhecimento por parte da sociedade sobre as propostas de emancipação racial desenvolvidas pelo movimento negro no Brasil se coloca para a mesma como um problema que tem de ser superado. Como estas propostas se constituem numa sociedade visivelmente discriminatória?

Neste trabalho, procuramos analisar como se dá a luta pela emancipação racial na busca da auto afirmação por meio do sistema de cotas e como, esta é atravessada pela emergência de uma consciência afrodescendente que se materializa sob duas formas gerais: primeiro, na "atividade consciente" dispersa e complexa, fundamentada sob o clímax do movimento negro; conjunto de agentes sociais negros ou afrodescendentes que elegeram definir sua identidade como essencialmente política ou voltada para

(re)produzir um efeito sobre a sociedade brasileira que fosse uma (re)formulação de poder e benefícios. Em segundo lugar, esta consciência ensaia sua manifestação como uma perspectiva crítica que leva-nos à reflexão e a crítica das políticas de representação racial como instrumentos de consolidação hegemônica nas artes e nos discursos.

Estas formas de pensamento colocam em ação os movimentos sociais negros numa intervenção discursiva estratégica, essa urgência talvez concorra para um futuro no qual o racismo, preconceito e a discriminação racial, enfim, se torne coisa do passado na história do Brasil.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

BHABHA, Homi K. (2000). O Compromisso com a Teoria. In A. Arantes (org.), O Espaço da Diferença. Campinas, Papirus, pp. 10-29.

CARDOSO, Hamilton. O Resgate de Zumbi. Lua Nova. Cultura e Política.vol.2, no. 4, janeiro- março. 1986. Pp. 63-67.

CHAREAUDAU, Patrick e MAINGUENAU (orgs.) Dicionário de Análise do Discurso, São Paulo: Contexto, 2004.

FERNANDES, Florestan. Significado do Protesto Negro. São Paulo. Cortez Editora. 1989.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. ed. 5°. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. A arqueologia do Saber. ed.7°. Tradução Luiz Felipe Neves. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2005.

ORLANDI, E. P. Discurso e Leitura. Unicamp: Cortez, 1998.

---

<sup>1</sup> Bolsista de Estágio Interno Complementar, (CETREINA/UERJ), Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Professora Adjunta e Procientista do Departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

<sup>3</sup> Empresa líder em estudos sobre medição do mundo digital

<sup>4</sup>Os dados da comScore incluem acessos de casa e do trabalho. Não são contabilizados vistas de computadores públicos e telefones celulares e PDA's

<sup>5</sup> <http://mnu.blogspot.com/> Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 9:02.

<sup>6</sup> <http://www.mns.org.br/index2.php> Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 9:28

---

<sup>7</sup> <http://www.palmares.gov.br> Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 10:28

<sup>8</sup> <http://www.portalraizes.org/index.php> Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 12:54

<sup>9</sup> <http://mnu.blogspot.com/> Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 9:02

<sup>10</sup> ibidem

<sup>11</sup> <http://www.mns.org.br/index.php?programa=artigos/index.php&noticia=4&titulo=Estatuto%20da%20Igualdade%20Racial%20institucionaliza%20o%20racismo%20Roque%20Ferreira%2002/07/06> Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 13:43

<sup>12</sup>

<http://www.mns.org.br/index.php?programa=artigos/index.php&noticia=19&titulo=113%20Cidad%20E3os%20anti%20racistas,%20contra%20as%20leis%20raciais.%20Carta%20entregue%20ao%20Presidente%20do%20Supremo%20Tribunal%20Federal,%20Ministro%20Gilmar%20Mendes%20no%20FALtimo%20dia%2030%20de%20abril.%20A%20Carta%20E9%20um%20primoroso%20e%20vibrante%20apelo%20a%20n%20E3o%20racializa%20a%20sociedade%20brasileira.%20na%20delega%20E7%20E3o%20recebida%20pelo%20Ministro%20Gilmar%20Mendes%20estavam%20Jos%20E9%20Carlos%20Miranda,%20Roque%20Ferreira%20e%20Est%20E9fane%20Emanule%20dirigentes%20do%20MNS.> Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 14:20

<sup>13</sup> Ibidem

<sup>14</sup> [http://www.palmares.gov.br/001/00101001.jsp?ttCD\\_CHAVE=2&btOPERACAO](http://www.palmares.gov.br/001/00101001.jsp?ttCD_CHAVE=2&btOPERACAO) Último acesso em: 21 de agosto de 2010 às 13:13

<sup>15</sup> ibidem